



Diário Oficial

Poder Legislativo

2ª Sessão Legislativa
da 11ª Legislatura

ANO XLII

RIO BRANCO - AC, 2 DE SETEMBRO DE 2004

N.º 3353

MESA DIRETORA

Presidente: Sérgio Oliveira
1º Secretário: Ronald Polanco
2º Secretário: Moisés Diniz
3º Secretário: Francisco Viga
4º Secretário: Delorgem Campos

ÍNDICE

EXPEDIENTE	Pág. 2
PEQUENO EXPEDIENTE	Pág. 2
GRANDE EXPEDIENTE	Pág. 3
ORDEM DO DIA	Pág. 5
EXPLICAÇÃO PESSOAL	Pág. 5
CONTRACAPA	Pág. 6

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, PE. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, do **BPM**; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS, do **BSC**; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do **BLT**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, do **PSDB**; JOSÉ VIEIRA, do **PFL**; JOSÉ BESTENE, do **PP**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**; NOGUEIRA LIMA, do **PSC**; TARCÍSIO MEDEIROS, do **PPS**.

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Deputado **Juarez Leitão**
BPM - Deputado **Elson Santiago**
BSC - Deputado **José Luis**
BLT - Deputado **Hélio Lopes**
PMDB - Deputada **Antônia Sales**
PSDB - Deputado **Luiz Gonzaga**
PFL - Deputado **José Vieira**
PP - Deputado **José Bestene**
PDT - Deputado **Luiz Calixto**
PSC - Deputado **Nogueira Lima**
PPS - Deputado **Tarcísio Medeiros**
PTB - Deputado **Roberto Filho**
Líder do Governo - Deputado **Edvaldo Magalhães**

**58ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA**

Realizada em 2 de setembro de 2004

Presidência: Deputados SÉRGIO OLIVEIRA e FRANCISCO VIGA
Secretaria: Deputado FRANCISCO VIGA

PRESENTES: Deputados NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, SÉRGIO OLIVEIRA do **BPM**; FRANCISCO VIGA do **BSC**; ROBERTO FILHO do **BLT**; LUIZ GONZAGA do **PSDB**; JOSÉ VIEIRA do **PFL**; LUIZ CALIXTO do **PDT**; NOGUEIRA LIMA do **PSC**; TARCÍSIO MEDEIROS do **PPS**.

AUSENTES: JUAREZ LEITÃO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do **PT**; MOISÉS DINIZ do **BPM**; DELORMER CAMPOS, JOSÉ LUIS do **BSC**; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL do **BLT**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do **PMDB**; HELDER PAIVA do **PSDB**; JOSÉ BESTENE do **PP**.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

OF/GABJU N. 298/2004, do Juiz de Direito da Auditoria Militar do Poder Judiciário, Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira, solicitando cópia integral dos autos da CPI instaurada por força da Resolução n. 490, de 22 de agosto de 1995;

Ofício N. 114/CE/2004, da Chefe de Cartório da 9ª Zona Eleitoral do Estado do Acre, 89/2004, Rose Jocely Lopes dos Santos Moreira, encaminhando folha de ponto das servidoras Maria do Socorro Celestino Rodrigues, Neila Maria Rodrigues Américo, Selma Machado Torres, Edyney Ribeiro Wolter, Luiz Wanderley da Silva Gomes, Orleilson de Melo Vieira de Lacerda e Ednar Marta Silva de Medeiros, ora a disposição do Cartório Eleitoral da 9ª Zona, referente ao mês de agosto de 2004;

Indicação N. 94/2004, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Juarez Leitão, solicitando ao Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável, incluir os ramais do município de Feijó nos beneficiados pelo programa Luz Para Todos.

Pequeno Expediente

Deputada **NALUH GOUVEIA (PT)** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu gostaria de apresentar, hoje, um anteprojeto que fala sobre as aposentadorias especiais dos servidores públicos estatutários. Apesar desses funcionários estarem regidos pelo Regime Jurídico Único, até hoje não foram definidas as suas aposentadorias. E eu estou preocupada porque nós temos alguns companheiros que já estão em via de se aposentar e não temos uma lei que ampare quem trabalha com Raios-X, asfalto, na Cageacre, nos armazéns e com máquinas pesadas. Têm várias categorias que precisamos discutir no Regime Jurídico Único.

Ontem não pude comparecer a Sessão porque passei a manhã toda no consultório médico. Estou com problema de Saúde, mas não é isso que me preocupa, não. Eu estou muito preocupada é com as notícias desses últimos dias, com relação a Penal. E mais preocupada ainda com o rumo que as coisas estão tomando. Falar que o Felismar está armando para matar o Hildebrando, é a mesma coisa, Deputados, que dizer que o Deputado Pe. Valmir está fazendo aqui uma armação para matar fulano de tal. Isso não tem cabimento. Tem alguma coisa muito suja por trás disso. Eu espero que o Governo do Estado não entre nessa discussão atravessada.

Acho, Senhor Presidente, e quero que fique bem claro no meu posicionamento, para que não paire nenhuma dúvida, que o Senhor Hildebrando deve ter toda proteção do Estado, agora, pelo amor de Deus, aproveitar dessa situação para dizer que está tendo um complô para matá-lo, isso é brincadeira.

E o Secretário de Segurança, apressadamente, sem fazer nenhuma Sindicância, sem ter nada, afastou a direção do presídio. Isso é emprenhar pelos ouvidos. Nós temos que ter muito cuidado porque daqui a pouco o santinho do Hildebrando, um assassino frio, é quem vai ser a vítima.

Se há problemas de abusos da polícia ou da direção do Presídio, vamos investigar. Agora inventar uma história dessa para mandar o Senhor Hildebrando para a PF para ter frigobar, TV por assinatura, um monte de mordomia que assassino nenhum pode ter, isso não pode. Assassino frio como ele tem que pagar conforme prevê a lei.

É preciso saber direitinho o que está por trás dessa história. Tenha dó, o Felismar arquitetando a morte do Hildebrando. Tem coisa muito grande por trás disso e nós temos que ter muita paciência para saber até que ponto essa história é verdadeira. Essas cartas de presos estão muito bem escritas e endereçadas.

Como Presidenta da comissão dos Direitos Humanos, ontem, passei, à tarde, no Ministério Público juntamente com outros companheiros da Comissão, para juntos conversarmos sobre essa situação. Toda vez que tem um conflito como esse a direção do presídio é logo afastada, isso para mim mostra a fragilidade do Governo, porque não se pode tirar ninguém, sem que tenhamos fatos concretos, por causa de uma carta. Tem que haver uma sindicância, uma investigação. Segundo, não se pode transferir ninguém do presídio, porque é lá que está a segurança.

Por último, não podemos transformar um assassino, que inovou no Brasil o modo de matar, usando para isso uma moto-serra em vítima. Temos que tomar muito cuidado, Senhor Presidente, porque o Felismar é um rapaz sério, e que está fazendo um bellissimo trabalho na Penal. Temos que tomar muito cuidado, para que os assassinos do nosso Estado não acabem se tornando vítimas, e as pessoas de bem assassinos.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO (Líder do PDT)** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, ainda sobre o assunto das torturas e dos maus tratos que os presos estão denunciando na Justiça, gostaria de fazer algumas considerações, porque antes de se fazer qualquer pré-julgamento e dizer que os que os presos falam não têm validade, por se tratar de marginais, dizer que a direção fez isso, fez aquilo outro é preciso que nós entremos nessa discussão como árbitro, como pessoas isentas que querem apenas as investigações.

Nós não podemos descartar qualquer possibilidade, é provável que os presos estejam armando, fazendo articulações bem orquestradas dentro da penitenciária, para proteger este ou aquele, até mesmo para denunciar a direção, mas é provável que esteja havendo efetivamente maus tratos, como estão denunciando. E o que nós queremos é uma investigação séria, profunda, tranquila e sem interferência, para que a população acreana conheça a verdade dos fatos. Não estamos aqui para dizer que a direção da penitenciária está fazendo aquilo que os presos estão dizendo. Não estamos aqui para dizer que os presos estão falando absolutamente a verdade. Nós queremos, a arbitragem da Assembléia Legislativa, para que ela possa ir lá no presídio conversar com a direção, conversar com os apenados, para que possamos tirar algumas conclusões.

Creio ser precipitado condenar presos ou condenar a direção, apenas porque acho isso ou penso aquilo. Se há uma característica do Governador Jorge Viana é que ele é extremamente fiel aos seus assessores. Já, por inúmeras vezes, foram feitas denúncias e nenhum deles foi afastado, mas quando o Governador, com a personalidade que tem, toma a decisão de afastar um diretor, para que se faça as investigações, algo de muito grave deve estar ocorrendo, pois se o Governador confiasse no seu assessor, lá da Penal, provavelmente ele não teria sido afastado.

Então, Senhor Presidente, há declarações de presos que estão dizendo-se torturados, feitas em juízo e nós não podemos desclassificá-las, apenas porque se tratam de presos, como também não podemos afirmar que as coisas ditas pelo Secretário de Segurança e por alguns membros da direção sejam verdadeiras, apenas porque são os diretores, apenas porque são os gestores do Sistema Prisional do Estado. Nós queremos a investigação e que a Lei seja cumprida, que o Estado trate com o rigor o que a Lei determinar, pois não podemos permitir que denúncias de torturas sejam relevadas apenas porque estão saindo da boca de presos, de marginais.

O Estado não pode usar o seu poder para conseguir confissões a base de tapas, de tortura. Não se pode utilizar da covardia, da força bruta para tortura. Tortura é crime. Nós precisamos investigar para ver com quem está a razão, quem está falando a verdade. Alguma coisa de estranho deve estar havendo, porque dias atrás houve um incêndio num dos pavilhões desse presídio e a polícia, certamente, agiu com rigor que devia. Mas nós não tomamos conhecimentos. A Imprensa foi censurada. Agora não deu, não teve como evitar, como fazer qualquer sistema de abafamento para que essas notícias fossem analisadas antes de ir ao ar, porque algumas emissoras tiveram a ousadia de colocar no ar. No entanto, precisamos investigar se isto faz parte de um complô contra o Sr. Pascoal ou se isto faz parte da articulação de alguns presos que ali estão. Agora, porque essas declarações foram dadas por alguns presos que cometeram crimes hediondos ou chocaram a sociedade, não devemos deixá-las de lado, nós da Oposição queremos as investigações. Se os presos estão fazendo algum complô, que sejam punidos com o rigor da lei. Mas se a direção estiver praticando tortura, que também seja punida na forma que a lei prevê.

(Sem revisão do orador)

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo)

– Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada Naluh, Senhores na galeria, companheiros da Imprensa, o Deputado que me antecedeu, começou seu discurso dizendo que nós temos que ter aqui, uma posição de árbitro, não pender para um lado, nem para o outro. No meio do discurso, já falou que a Imprensa sofreu censura para não divulgar as denúncias de tortura no Presídio. afirmou também que tortura é crime e que não poderíamos permitir que isso aconteça neste Estado. Portanto já insinuou que houve tortura e terminou seu discurso dizendo que nós não podemos permitir que o Estado use o seu Poder para impedir as investigações. Três inverdades foram ditas no mesmo discurso. Fez isso com ares de santo.

Mas quero comentar sobre essas três afirmações do Deputado: primeiro, quem censurava a Imprensa para que não saísse uma única linha sobre seus crimes, era o Hildebrando Pascoal e seu bando. Estão presentes aqui dois jornalistas, um da Gazeta e outro da Tribuna; ambos os jornais já foram invadidos por esse sujeito ou pelo seu bando. Todos aqui sabem como eles agiam.

Observem como o Deputado Luiz Calixto está invertendo valores.

Outro equívoco do Deputado, é que graças a uma atitude para o resgate da cidadania do Acre, hoje não se impede investigações, inclusive de denúncias de tortura. É impossível impedir, mesmo que o Governador, quisesse e essa Assembléia pactuasse, mesmo que o Presidente do Tribunal quisesse seria impossível impedir a investigação de uma denúncia, porque as instituições funcionam. No dia que houve a rebelião, a primeira atitude do Ministério Público foi passar o dia todo no presídio ouvindo os detentos. É lamentável que o Deputado Luiz Calixto não acompanhou a Deputada Naluh Gouveia, ontem, ao Ministério Público, para ouvir do Promotor, que inclusive, não é nosso aliado, suas declarações sobre o que ele ouviu no Presídio.

Portanto Deputado Luiz Calixto, as investigações estão sendo feitas, e não podemos permitir que, mais uma vez, em época de campanha eleitoral, tenhamos que discutir a atuação do esquadrão da morte. No início da campanha passada houve alinhamento do MDA com o esquadrão da morte. Lembra? Até promessas de liberação se ganhassem a eleição houve. Agora, mais um fato estranho: sexta-feira, três presos tentam iniciar uma rebelião porque estavam sob o regime RDD, por insubordinação dentro do presídio. O RDD é pra isso, para punir. Os detentos amotinados incendiaram mais 700 colchões e ameaçaram um Agente Penitenciário com um ferro no seu pescoço. Esse rapaz poderia ter sido morto Deputado Nogueira Lima. Mas não aconteceu isso. O comando da PM invadiu o Presídio e prendeu esses três insubordinados, inclusive os mesmos que estão dizendo que foram torturados, e resolveu o problema. Imagino como a PM poderia conter os rebeldes e liberar o policial voluntário ameaçado sem usar a força. Digamos que seja assim: por favor, largue o rapaz. Será que eles teriam atendido? Não tem como ser diferente, em certas circunstâncias o uso da força se torna necessário.

Esses mesmos detentos estão dizendo que o Senhor Moisés realmente se enforcou, mas também insistem que há um complô armado, por toda a Direção da Penal, para matar o Hildebrando Pascoal.

Ora! Só bobo não percebe que tudo isso é uma tentativa de acabar com o sistema RDD no Presídio. Nesse momento Senhor

Presidente interessa para alguns criar uma situação de intranquilidade, para que os advogados peçam a transferência desses criminosos que serraram pessoas, que tramaram contra a vida de muitos no Acre. Dizem que eles estão correndo o risco de serem mortos. Qual é o interesse do Estado em eliminar o Hildebrando? Qual o interesse do Felismar Mesquita de participar de um negócio sujo como esse? Nenhum. O Felismar Mesquita é um homem íntegro, sério, honesto e decente, que está impondo regras restabelecendo a ordem naquela penitenciária. Isso causa muito descontentamento.

Aquele rapaz que se suicidou assassinou uma criança de quatro anos e a estuprou. Ele deveria ficar lá, naquele regime duro, durante toda a sua vida; não tinha que ser morto. Talvez tenha se matado porque se arrependeu de todos os males que ele fez a sociedade. O Hildebrando Pascoal também precisa continuar no lugar que ele está, sob a proteção do Estado e ninguém tocar um único dedo nele, mas que ele continue preso, bem preso para pagar os crimes que cometeu.

(Sem revisão do orador)

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Francisco Viga, Presidente em exercício. Deputado Edvaldo, quando V. Ex^a falou “promotor aliado”, que dizer então que existem os aliados? Eu não tenho Promotor, Desembargador e nem Juiz aliados, porém o Governo tem Promotor, Defensor, Desembargador e Juizes aliados. Isso complica, Deputado Pe. Valmir.

Deputada Naluh Gouveia, eu não ouvi o seu pronunciamento, mas quando é preciso dar credibilidade a bandidos para testemunhar contra outros, essa proteção ao bandido existe. Deputado Roberto Filho, eu sou totalmente contra isso, porque aí você promete mil e uma coisas e depois não cumpre. Há casos em que pessoas depuseram, mas depois não cumpriram o que lhes prometeram: mandar o apenado para outro Estado, mudar a sua identidade e pagar-lhe não sei quantos salários. Os Deputados Nogueira Lima e Roberto Filho, que são da PM, sabem disso. Portanto, eu, particularmente, sou contra isso. Quando as autoridades precisam dos presidiários, eles são bons, eles servem; mas quando tem uma carta redigida por eles dizendo que está acontecendo isso ou aquilo não lhe dá crédito. Foram descobertos armas no presídio; é verdade, porque quando fizeram a fiscalização do presídio, encontraram armas. E quem disse isso foi a polícia que foi lá e pegou as armas.

O Governo pode ser tudo e mais alguma coisa, mas aos seus assessores, ao seu secretariado, ele os coloca debaixo da asa e dá toda cobertura. Nesse caso, como ele viu que o negócio está difícil, ele pegou e demitiu o Diretor do Presídio, Deputado Calixto. Porque ele demitiu? Será que foi por que o Diretor faltou com respeito ao Governador ou ao Secretário de Segurança? Não foi porque ele estava deixando entrar armas naquele presídio de segurança máxima. Deputado Pe. Valmir, isso não poderia nunca existir, pois lá há pouquíssimos presos e V. Exa. sabe muito bem que lá, tem uma placa avisando às pessoas de que o preso para caminhar no corredor não pode olhar para o lado, tem que andar sempre com a cabeça baixa. Eu não sou contra isso, mas se tem tudo isso, como deixam entrar armas? Nós temos que fiscalizar porque querem tirar a responsabilidade do Estado, da administração para colocar no preso que está num presídio de segurança máxima. Eu, por exemplo, se estivesse num presídio de segurança máxima estaria me articulando com os soldados ou com os comandantes, porque com os outros presos é que eu não poderia me articular.

Um cidadão pegou uma cueca que no mínimo não era lavada há umas três ou quatro semanas. Então, ela estava um pouco passada, entendeu? Aí pendurou-se e a cueca não rasgou, e o cidadão morreu enforcado. O Deputado Roberto Filho disse para mim: Deputado Tarcísio, é porque há três meses que ele não lavava e aí deu uma cheirada e buf. Mas não foi assim, ele morreu enforcado. E se ele cometeu o crime que todos nós Deputados somos contra, mas ele foi condenado pela nossa Justiça. Então não podemos de maneira nenhuma fazer justiça com as próprias mãos; porque aí sim, estaríamos voltando aos tempos da barbárie. E nós não somos favoráveis a isso de maneira alguma.

(Sem revisão do Orador)

Grande Expediente

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, esse rapaz estuprou uma criança e fez mais, ele denunciou o Anailton que passou não sei quantos dias presos. Pegaram

esse rapaz e fizeram miséria com ele. Inclusive, foi preciso refazer o ânus dele, mas ninguém veio falar disso aqui, e isso para mim é um assunto muito sério.

Há uma fita na Polícia Federal, em que o Senhor Hildebrando diz que ainda vai matar duas pessoas no Estado do Acre, pode passar 30 ou 40 anos, e essas pessoas são eu e o Dr. Gercino. Esse assunto para mim é muito sério. Esse assunto não é brincadeira e nem exploração por causa de questão política, mas está em jogo a minha vida e a da minha família e à vida de muitas pessoas aqui neste Estado. Esse é um assunto muito sério, porque vem de um criminoso altamente perigoso.

Agora, eu fico muito feliz quando a Assembléia Legislativa está preocupada com a questão da denúncia dos presos; porque há posições aqui dentro da Assembléia de que bandido bom é bandido morto, mas eu sempre me posicionei contra isso. Eu acho correto e decente essa posição da Assembléia, porque não cola dizerem que não se deve dar credibilidade às denúncias que vêm de preso. Isso para mim não cola, porque se tem uma pessoa que recebe carta de preso, diariamente, sou eu. E eu encaminho todas para o Senhor Felismar e ele diariamente manda resposta para mim.

Nesse caso não é porque vem de preso, é porque a coisa não está bem contada. Então vamos aos fatos. Esse Senhor Moisés vinha tomando remédio controlado. E outra coisa, se nós estamos pegando o depoimento dos presos que estavam junto com ele, e de presos de outras alas. Esses presos estão dizendo que havia essa carta, que havia chave, que havia isso, que havia aquilo. Então por que não se pega como verdade absoluta, de que esses presos, mesmos nos seus depoimentos, falaram que não viram ninguém no corredor? Inclusive, eles ouviram seus gritos na cela, como se estivesse esforçando-se. Então, Senhor Presidente, essa questão é muito séria, e não dá para discutir com dois pesos e duas medidas, querendo se aproveitar por questão de campanha polícia e de outras coisas.

Nós estamos falando de um criminoso que inclusive fez uma descoberta de como matar uma pessoa com uma motosserra. Ele é um assassino criativo no modo de matar, pois serrava suas vítimas. Deputado falou para uma pessoa da platéia, eu vou falar para essa pessoa da platéia. Sabe quando você compra uma carne; eu gosto muito de carne com tutano, acho que é por isso que eu sou meio gordinha, porque eu adoro tutano com arroz; sabe quando tu pegas um osso cortadinho, direitinho, chega fica retinho, é como estava a perna do Baiano, mas eles foram além; eles pegaram um menino de 13 anos que, inclusive, tinha problema mental e quebraram sua coluna cervical. Era um menino de 13 anos e não lhe deram oportunidade de viver. E aqui Deputado Pe. Valmir não podemos titubear nessa discussão.

Podem até deturpar minha fala, mas eu quero que o Estado dê proteção ao Senhor Hildebrando Pascoal, mas dentro da Lei. Ele não pode ter disque pizza e nem assinatura da SKY, como ele tinha. Foi preciso eu expor novamente a minha vida, para denunciar na Assembléia Legislativa que o Senhor Hildebrando tinha assinatura da SKY e computador. Há 24 Deputados aqui e de novo, eu exponho à minha vida e a da minha família. Então, não vamos ter dois pesos e duas medidas nessa discussão; essa discussão é muito séria e o Deputado Edvaldo Magalhães nessa questão tem toda razão; eu, particularmente digo que nem sempre ele tem, mas nessa eu reconheço que ele tem.

Eu me coloco à disposição para fazer essa discussão. Na eleição passada, houve essa mesma discussão sobre o esquadrão da morte. Então, eu acho que nós temos que dar um posicionamento final nessa questão do esquadrão da morte. E esse sistema que tem na polícia é lei, e tem que ser cumprido.

Quero dizer para V. Ex^{as} que eu estou muito à vontade como Presidente da Comissão dos Direitos Humanos desta Casa e como uma pessoa responsável para zelar pelo dinheiro que me pagam mensalmente. Fui ao Ministério Público e chamei o Deputado Luiz Calixto, visto que ele se mostrou uma pessoa preocupada e colocou o problema aqui, na terça-feira. Fui atrás do Promotor Rui Lino, o qual me passou tudo direitinho. Inclusive, ele e o Dr. Rodrigues foram as duas pessoas que conversaram com esse Senhor, antes dele cometer o suicídio. Então, ele me passou o que o Ministério está fazendo e a CDH está acompanhando. O Deputado Calixto está correto, a nós da Assembléia cabe a função de árbitro. E eu estou na posição de árbitro, acompanhando as investigações que o Ministério está fazendo. Agora, eu quero lhe dizer uma coisa: eu não vou emprenhar pelos ouvidos nessa história, porque se ela não for conduzida corretamente, vidas estarão em jogo.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE)
– Deputada Naluh Gouveia, inicialmente, eu gostaria de confirmar o telefonema que recebi de V. Ex^a para comparecer ao Ministério Público para uma audiência com o Dr. Rui Lino. Eu não fui em razão de um outro compromisso para tratar do mesmo assunto. Algumas pessoas do Conselho Penitenciário não sabiam sequer que existia essa organização dentro da penitenciária. Elas me convidaram também para contar algumas coisas, as quais me reservo o direito de não falar agora, mas acho que os nossos discursos não diferem muito. Eu fui um dos 24 Deputados que, quando foi necessário, desprover o Deputado Aureliano Pascoal da imunidade parlamentar, nós o fizemos aqui de formar bem clara, com voto aberto. Portanto o esquadrão da morte tem que ser punido com o rigor que a sociedade exige e à lei determina. Às vezes, eu fico questionando algumas coisas, mas a Senhora é de uma bravura inquestionável e sempre colocou a verdade em tudo que disse. Agora, se o esquadrão da morte tinha dentro da penitenciária assinaturas da SKY, telefones para disque pizza, se eles tinham toda essas regalias, quem permitiu foi a direção do presídio; não fui eu, não foi V. Ex^a e nem qualquer outro Deputado. Então quem permitiu, quem deixou essas coisas entrarem lá, foi exatamente a administração da penitenciária que depois reviu sua posição em razão de suas denúncias. Imagine se isso tivesse ocorrido no Governo do Orleir e nesse não tivesse, aí sim haveria uma divergência, uma contradição; mas as denúncias são deste período. E não se entra com uma televisão no presídio sem que o guarda saiba. E tudo o que nós queremos e o que todo mundo pediu são as investigações, porque nós entendemos que o estado de revolta emocional e psicológica do presidiário não deve ser bom. Nós não podemos simplesmente jogar na lata do lixo as denúncias dos presidiários. Denúncias foram feitas para serem investigadas se são verdadeiras ou não. Em relação a preso, eu também concordo com a Senhora, quando diz que eles devem ser tratados com todo rigor e com toda firmeza. Afinal nós vivemos num país que tem Leis; mas não é porque se trata de um estuprador que nós queríamos que ele morresse. Ele estuprou aquela garotinha do Bairro Vanderlei Dantas, mas nós não poderíamos, por exemplo, pegar outros estupradores e dizer: mata ele também. O que nós queremos, o que uma sociedade civilizada quer, é que eles sejam tratados com dureza e com firmeza. Se a polícia num momento de rebelião, precisar agir com firmeza usando, inclusive, a força das armas que tem, que ela use.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) - Incorporo o vosso aparte ao meu pronunciamento. E acho que temos que usar os rigores da lei. Eu venho questionando muito isso, e já fiz vários pedidos usando o cargo que tenho na Comissão de Direitos Humanos para que se providenciem um lugar decente para aquelas mulheres que vão lá visitar seus maridos, seus amantes, seus filhos porque é constrangedora a situação delas. Pedi inclusive, para fazerem uma passarela coberta, com bancos para que elas possam se sentar. Está sendo apreciado no programa de reforma esse nosso pedido. Agora, o que eu acho é que não se deve emprenhar pelo ouvido nessa discussão, porque ela é muito séria e pode estar em jogo alguns benefícios, principalmente a discussão de um tipo de regime que tem lá, e que é necessário. Quem está lá naquele outro regime são traficantes e pessoas enquadradas por crime hediondo. Essas pessoas têm que ficar onde estão e do jeito que estão, porque se elas tiverem contatos com outras pessoas, elas conseguem fazer coisas como as que o Fernandinho Beira-Mar fazia, comandava o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, dentro da cadeia. Então tem que ter rigor, mas que sejam os rigores da lei.

(Sem revisão do orador)

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo)
– Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu vou fazer uma referência ao discurso do Deputado Tarcísio, rapidamente, e fico à vontade para fazê-lo porque eu pertencço a um partido que tem mais de 80 anos de existência no Brasil e que foi a maior vítima da tortura e da perseguição política, na época do Regime Militar. Só no Araguaia, foram assassinados mais de 80 militantes do PC do B. Conheço dirigentes nossos que ocupam, hoje, funções de destaque no Congresso Nacional, que tiveram suas vidas destroçadas nos porões da ditadura. Portanto, eu venho de um legado de luta pela liberdade, contra torturas e abusos do poder policial e então, eu tenho isso como princípio, como bandeira.

Participei ativamente na luta travada aqui no Estado do Acre contra o esquadrão da morte e me assusto com algumas coisas que escuto nessa tribuna, alias, pasmo em ver como as pessoas num momento

delicado como esse por que passa o Estado, se aproveitam disso, posicionando-se de uma forma muito inconveniente.

Deputado Tarcísio atente para a contradição de sua fala, com todo respeito que eu tenho por V. Exa. o nobre Deputado começou seu discurso questionando o que foi dito por mim, em relação ao Promotor ser ou não nosso aliado. Em seguida V. Exa. adentra nessa argumentação. Ora, nós não podemos deixar cair por terra ou deixar de considerar os depoimentos dos presos. Por mais suspeitos que sejam, nós não devemos simplesmente achar que estão mentindo. V.Exa. defende esse ponto de vista, com relação às afirmações que os presos estão fazendo, de que existe um complô que visa a morte de alguém, mas não leva em consideração que são eles mesmos que estão dizendo que não houve assassinato dentro do presídio. Os oito depoimentos prestados, ontem, na Justiça, dão conta de que Moisés não foi morto, suicidou-se, e não com uma cueca, mas com um calção de banho. Falam também que um membro do conselho penitenciário pegou o calção de banho amarrou num carro e puxou com um outro para comprovar o nível de resistência desse calção, mas como interessa ao debate político aumentar as suspeitas da possibilidade de assassinato, V. Exa. faz essa brincadeira: “olha o cara pode ter sido morto com o cheiro da cueca”, insinuando que ele pode ter sido assassinado dentro do presídio.

O laudo do IML feito pelos peritos e, depois confirmado pelo Dr. Queiroz que todo mundo sabe, é uma pessoa seríssima, diz que foi suicídio. Todos os presidiários dizem que foi suicídio, mas V. Exa. prefere aqui insinuar que não. Então, usa os depoimentos para levantar suspeita, mas utiliza os mesmos depoimentos para levantar a possibilidade de que não houve assassinato, mas suicídio. Portanto, são dois pesos e duas medidas.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS – EM APARTE) – Muito obrigado pelo aparte, Deputado Edvaldo Magalhães.

O Secretário de Segurança Fernando Melo concedeu uma entrevista ao jornalista Alan Rick, do jornal A Gazeta e disse que não estava convencido de que foi um suicídio o que aconteceu no presídio. Mas depois da investigação ele veio a acreditar. Eu não tenho essas informações, que V. Exa. está passando, o que estou dizendo é que tenho a mesma dúvida do Secretário de Segurança. Ele que esteve na penitenciária, verificou que realmente havia armas lá, e para ele isso foi difícil porque apostou na competência do diretor do Presídio. Então, eu não estou usando dois pesos e duas medidas, Deputado, até porque V. Exa. sabe que eu não costumo agir desta forma. Portanto se o Secretário de Segurança está com dúvidas, imagine eu.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo) – Deputado, os dois pesos e duas medidas infelizmente V. Exa. usou, porque numa parte do seu depoimento, acredita na equipe que investiga a morte do detento e desacredita em outra. Agora, devo dizer a V. Exa. que também no dia que recebi o telefonema em que me disseram que um rapaz suicidara-se com uma cueca, eu realmente achei que havia alguma coisa errada, claro, porque essas histórias no Acre acontecem. Houve até o caso daquele garoto de Tarauacá que apareceu morto, enforcado com uma cueca em uma delegacia e foi descoberto posteriormente que ele havia sido assassinado por pessoas do esquadrão da morte, ligadas ao Hildebrando Pascoal. Portanto, essa história gera dúvidas realmente, mas quando chamo a atenção de V. Exa. é para não correremos o risco de pegarmos essa dúvida e transformarmos numa verdade, já que queremos fazer aqui, um debate sobre o problema de forma isenta. Não podemos fazer um debate contraditório.

Quero dizer aqui Deputados Tarcísio e Luiz Calixto, que eu conheço o Dr. Felismar Mesquita.

O Deputado Calixto fez um aparte à Deputada Naluh e se apressou em dizer o seguinte: “Deputada Naluh, as regalias que haviam eram praticadas já neste Governo, portanto, sob a responsabilidade da direção do presídio”. O Deputado Calixto sabe muito bem, pois acompanhou o debate e é testemunha de que até menos de cinco meses atrás, a guarda dos presos federais, no Acre, era de responsabilidade da Polícia Federal e não do Departamento Penitenciário. Mas o Deputado fez um aparte rapidinho para colocar sob suspeição esse Departamento.

Nós temos que ser vigilantes nessa questão, não podemos nos apressar em querer incriminar as pessoas porque não é honesto, sério e nem correto fazê-lo. Aqui estão registrados os relatos nesta Casa, a taquigrafia registrou; então, por que se levanta uma questão já sabendo que é mentira? Porque querem politizar o processo e o problema. Agora, se nós vamos fazer o debate acerca dessa questão de forma política, eu

também sei politizar, e se for para politizar, politizo. Se quiserem saber quem é aliado de quem podemos fazer essa discussão, mas não é isso que nós estamos querendo, transformar esse debate em algo histórico. Somos defensores de que tudo seja investigado se houve algum abuso, que seja identificado quem o cometeu e que seja punido.

O Deputado Tarcísio levanta a hipótese de estoque de armas encontradas pela Polícia Federal dentro do presídio. V. Exa. que é frequentador e inclusive, amigo do diretor sabe da luta diária que, infelizmente, a segurança de um presídio trava contra aqueles que fabricam armas. A fiscalização, a guarda do presídio, vez por outra pega uma mulher, por exemplo, com cocaína escondida nos órgãos sexuais. Portanto, a segurança é uma luta diária dentro do presídio e isso acontece nos presídios do mundo inteiro. Então, encontrar armas não é bom, mas vão encontrar sempre porque o bandido, o criminoso vai sempre encontrar um meio de burlar a segurança e fazer suas maldades. Essa é a luta entre o estado de direito e o estado de insubordinação, uma briga que será eterna.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores deputados, temos a honra de receber no Plenário desta Casa, doze cidadãos, sejam bem vindo a nossa Casa. V.Exas. devem estar imaginando que este debate sobre denúncias de maus tratos na penitenciária, esteja ocorrendo somente agora no período eleitoral, mas eu quero dizer-lhes que no primeiro semestre deste ano nós recebemos aqui o Diretor da penitenciária, Doutor Felismar, para falar exatamente sobre as mesmas coisas, com a diferença de que naquele memento não havia a ocorrência de um suicídio, portanto, o debate não é político, não é fora de tempo, não é oportunista, porque desta Tribuna, nós já fizemos as mesmas denúncias em períodos diferentes. Portanto, Deputado Tarcísio Medeiros, nós queremos as investigações, não estamos fazendo nenhum pré-julgamento.

Porém, já está em poder da Justiça, há algum tempo, denúncias contra agentes penitenciários. Queremos saber porque essas denúncias ainda não foram investigadas. Nós queremos saber, meus amigos e Deputado Pe. Valmir, o porquê da Polícia Federal ter encontrado a chaves das celas nas mãos de presidiários. São essas respostas que têm que vir à tona e que precisam ser investigadas. Eu não defendo preso, eu não defendo Diretor de Penitenciária, ou quem quer que seja. O que nós precisamos é saber como, num presídio de segurança máxima, é possível que um apenado, ao receber uma visita, seja brindado com uma arma, com estilete ou com qualquer coisa que seja. Agora, um preso estar com as chaves das celas em seu poder é inadmissível, é preciso ser investigado. Nós não podemos é de forma atabalhoada, querer dar respostas para as coisas que ainda não foram sequer investigadas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, que quero parabenizar o juiz que abriu mão da investigação e deixou que a Polícia federal investigasse o caso. Quero afirmar que já foi descoberto armas dentro do presídio, contradizendo o discurso do Secretário de Segurança que afirmou que não tinha arma nas celas.

(Sem revisão do orador)

Ordem do Dia

(Não houve Matéria a ser apreciada).

Explicação Pessoal

(Não houve oradores inscritos).

COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Deputado Edvaldo Magalhães

Vice-Presidente: Deputado Luiz Gonzaga

TITULARES:

Deputados: Thaumaturgo Lima

Nilson Areal

José Luis

(BPM)

(PSDB)

(PT)

(BLT)

(BSC)

SUPLENTE:

Deputados: Naluh Gouveia

Elson Santiago

Hélio Lopes

Francisco Viga

Helder Paiva

(PT)

(BPM)

(BLT)

(BSC)

(PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente Deputado Helder Paiva

Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga

TITULARES:

Deputados: Juarez Leitão

Edvaldo Magalhães

Nilson Areal

(PSDB)

(BSC)

(PT)

(BPM)

(BLT)

SUPLENTE:

Deputados: Valmir Figueredo

Elson Santiago

Hélio Lopes

Delorgem Campos

Luiz Gonzaga

(PT)

(BPM)

(BLT)

(BSC)

(PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Deputado Nilson Areal

Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga

TITULARES:

Deputados: Naluh Gouveia

Elson Santiago

Helder Paiva

(BLT)

(BSC)

(PT)

(BPM)

(PSDB)

SUPLENTE:

Deputados: Valmir Figueredo

Edvaldo Magalhães

Roberto Filho

José Luis

Luiz Gonzaga

(PT)

(BPM)

(BLT)

(BSC)

(PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Deputado Elson Santiago

Vice-Presidente: Deputado Nogueira Lima

TITULARES:

Deputados: Juarez Leitão

Hélio Lopes

José Vieira

(BPM)

(PSC)

(PT)

(BLT)

(PFL)

SUPLENTE:

Deputados: Thaumaturgo Lima

Edvaldo Magalhães

Luiz Calixto

Roberto Filho

Tarcísio Medeiros

(PT)

(BPM)

(PDT)

(BLT)

(PPS)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: Deputado Delorgem Campos

Vice-Presidente: Deputado Elson Santiago

TITULARES:

Deputados: Juarez Leitão

Tarcísio Medeiros

José Vieira

(BSC)

(BPM)

(PT)

(PPS)

(PFL)

SUPLENTE:

Deputados: Valmir Figueredo

Edvaldo Magalhães

José Luis

José Bestene

Nogueira Lima

(PT)

(BPM)

(BSC)

(PP)

(PSC)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9:30hs

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Deputada Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Deputado Chagas Romão

TITULARES:

Deputados: Edvaldo Magalhães

(PT)

(PMDB)

(BPM)

Roberto Filho

Tarcísio Medeiros

(BLT)

(PPS)

SUPLENTE:

Deputados: Thaumaturgo Lima

Elson Santiago

Antônia Sales

Roberto Filho

Luiz Calixto

(PT)

(BPM)

(PMDB)

(BLT)

(PDT)

Dia de Reuniões ordinárias: terça-feira 9:30 hs.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Deputada Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Deputado Luiz Calixto

TITULARES:

Deputados: Edvaldo Magalhães

Chagas Romão

José Bestene

(PT)

(PDT)

(BPM)

(PMDB)

(PP)

SUPLENTE:

Deputados: Valmir Figueredo

Elson Santiago

Antônia Sales

Tarcísio Medeiros

Nogueira Lima

(PT)

(BPM)

(PMDB)

(PPS)

(PSC)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9:30 hs.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Deputado Nogueira Lima

Vice-Presidente: Deputado Elson Santiago

TITULARES:

Deputados: Thaumaturgo Lima

Chagas Romão

José Bestene

(PSC)

(BPM)

(PT)

(PMDB)

(PP)

SUPLENTE:

Deputados: Naluh Gouveia

Edvaldo Magalhães

Antônia Sales

José Vieira

Tarcísio Medeiros

(PT)

(BPM)

(PMDB)

(PFL)

(PPS)

Dia de Reuniões ordinárias:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Deputado Valmir Figueredo

Vice-Presidente: Deputado José Luis

TITULARES:

Deputados: Luiz Gonzaga

Chagas Romão

Elson Santiago

(PT)

(BSC)

(PSDB)

(PMDB)

(BPM)

SUPLENTE:

Deputados: Juarez Leitão

Edvaldo Magalhães

Antônia Sales

Helder Paiva

Delorgem Campos

(PT)

(BPM)

(PMDB)

(PSDB)

(BSC)

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputada Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Deputado Hélio Lopes

TITULARES:

Deputados: Luiz Calixto

Delorgem Campos

Juarez Leitão

(PT)

(BLT)

(PDT)

(BSC)

(PT)

Suplentes:

Thaumaturgo Lima

Valmir Figueredo

Nogueira Lima

Francisco Viga

Nilson Areal

(PT)

(PT)

(PSC)

(BSC)

(BLT)

DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:
Secretaria Executiva

Editado pela:

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Diretor Responsável:

CARLOS AUGUSTO COELHO DE FARIAS

Inscrição DRT/AC/Nº03/97

Redator-Chefe:

C.A.C. DE FARIAS

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e impresso na Gráfica Globo Ltda.
Endereço: Av. Ceará - 3.335